

Dívida do Cura é impagável e vira uma ameaça

Valor das prestações pagas mensalmente pelo Município não cobre a correção. Em vez de diminuir, débito continua crescendo

■ Márcio Reinheimer
marcio@jornalibia.com.br

Se você tivesse uma dívida antiga e o valor pago todo mês com o objetivo de quitá-la representasse apenas um quarto dos juros daquele período, o que faria? A menos que esteja disposto a comprometer todo seu patrimônio e a colocar em risco o próprio futuro, certamente procuraria o credor para renegociar o débito. É exatamente isso que ocorre com o Município de Montenegro em relação ao Governo do Estado quando o tema é a histórica dívida do Projeto Cura.

Até o fim do ano, a Prefeitura vai pagar, a título de amortização, cerca de R\$ 1 milhão. O problema é que a correção do débito, neste mesmo período, somará R\$ 4,2 milhões, elevando o saldo pendente, que era de R\$ 65,4 milhões em janeiro de 2016, para R\$ 69,6 milhões em dezembro. “É uma bomba relógio, que um dia, vai explodir, comprometendo o futuro de Montenegro”, avalia o vereador Gustavo Zanatta, do PP, que há tempos vem demonstrando preocupação com o tema.

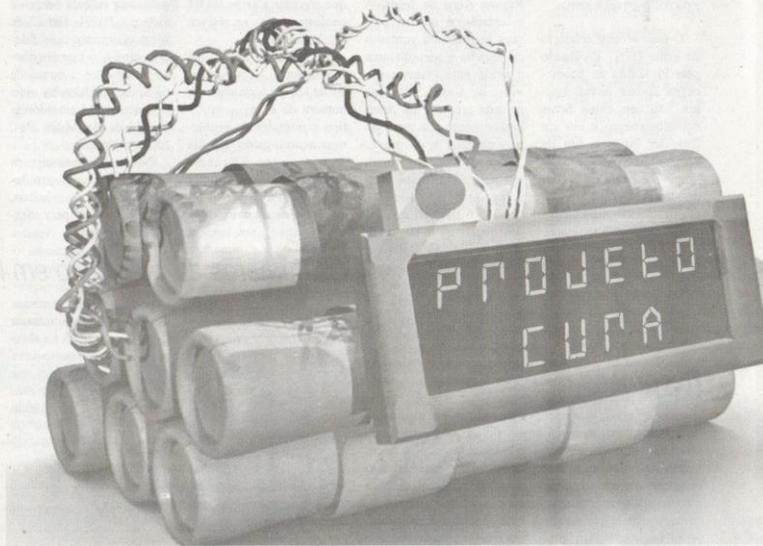
Esta semana, por sugestão do vereador, a Câmara promoveu uma reunião em que o Cura foi o assunto da pauta. Além do secretário da Fazenda, Júlio Hoffmeister, e da procuradora geral do Município, Juliana Becker, compareceram as advogadas Marcela Vargas e Verônica Bocchese, da Procuradoria Geral do Estado. Zanatta e Júlio

fizeram um histórico da situação, ressaltando a necessidade de iniciar novo diálogo com o governo para encontrar uma solução para o impasse.

Hoffmeister explica que os contratos originais foram firmados em 1978, quando ocorreu a instalação do Polo Petroquímico. Na época, havia uma expectativa de que, em poucos anos, a população de Montenegro seria multiplicada e era necessário preparar a cidade para esta explosão demográfica. O empréstimo foi contraído para a realização de obras de infraestrutura, como a abertura de ruas e avenidas, a construção de escolas, unidades de saúde e centro de cultura. Em valores atualizados, foram cerca de R\$ 22,9 milhões.

“Pelos estudos apresentados ao Município na época, a arrecadação aumentaria muito e não haveria problemas em pagar a dívida. Só que isso não aconteceu”, recorda o secretário da Fazenda. A expectativa é que o município seria o destino de dezenas de empreendedores da chamada “terceira geração”, indústrias que transformam a matéria-prima do Polo em produto final.

Do ponto de vista prático, o encontro desta semana teve poucos resultados. As procuradoras não estavam informadas sobre o tema, mas prometeram levar o assunto à PGE e à Secretaria Estadual da Fazenda. Ainda não há perspectivas de quando a “bomba” será desarmada, mas o primeiro passo foi dado.



Capacidade financeira não foi recuperada

Em 2014, o ex-secretário da Fazenda do Município, Astor Plínio Scherer, fez um amplo estudo sobre a dívida do Cura e todo o material foi encaminhado ao então governador do Estado, Tarso Genro. Junto, seguiu um ofício assinado pelo ex-prefeito Paulo Azeredo. No documento, constatou a situação da dívida, sua origem, estudo de viabilidade econômico-financeira do Projeto Cura, contratação da operação de crédito, falhas no projeto/consequên-

cias e alternativas propostas para solucionar o problema. O governo, porém, não deu qualquer tipo de retorno.

Scherer levantou documentos para comprovar que, mesmo após 30 anos da instalação do Polo Petroquímico, o Município ainda não recuperou sua capacidade financeira e está longe de alcançar as metas hipoteticamente projetadas na década de 70. Como o Estado é o avalista e o maior beneficiário do retorno de ICMS gerado pelo Polo

Petroquímico (em torno de 75% a 80% do valor total), foi apresentado um pedido ao Estado: que encaminhasse projeto de lei à Assembleia Legislativa, concedendo ao Município a remissão de 75% do saldo devedor deste financiamento, remanescente sob sua responsabilidade o valor de 25% da dívida junto à Secretaria da Fazenda do Estado, deduzidos os valores já amortizados. A mesma solicitação deverá ser encaminhada agora ao governador José Ivo Sartori.



SECRETÁRIO da Fazenda, Júlio Hoffmeister

Comitê de acompanhamento

Durante a reunião desta semana, foi sugerida a criação de um Comitê Gestor de Acompanhamento e Negociação da Dívida do Município com o Estado. Seria uma forma de envolver a comunidade na busca de alternativas e, ao mesmo tempo, potencializar as pressões que terão de ser exercidas sobre o governo do Estado para que aceite uma renegociação.

De acordo com os participantes, o momento é propício, já que o próprio Estado está fazendo um movimento semelhante em relação ao seu principal credor, o governo federal. Além disso, foi citado

o vínculo do secretário municipal da Fazenda, Giovanni Feltes, com o Município. Em 2014, ele foi um dos candidatos mais votados na cidade para a Câmara dos Deputados.

A proposta é que o comitê seja composto por entidades como a Associação Comercial, Industrial e de Serviços (ACI), a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação dos Contabilistas, a Câmara de Vereadores e a Prefeitura. A criação será apresentada ao prefeito Luiz Américo Aldana como indicação.

Em valores atuais, o empréstimo tomado em 1978 soma cerca de R\$ 22,9 milhões. Até fevereiro deste ano, o Município pagou R\$ 14,3 milhões, mas ainda deve R\$ 65,4 milhões.

Os pagamentos efetuados pelo Município todos os meses não somam, até o final do ano, mais do que R\$ 1 milhão. O problema é que a correção da dívida, neste mesmo período, chegará a R\$ 4,2 milhões.